



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará

Ofício nº 12122025/01

Marco, 12 de dezembro de 2025.

A Sua Excelência a Senhora:
Socorro Osterno Neves
Presidente da Câmara Municipal de Marco
Câmara Municipal de Marco
N/M

Senhora Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, e com supedâneo no art. 82, XXXII, da Lei Orgânica Municipal, sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência que seja designada data para convocação de Sessão Extraordinária nesta Casa, tendo em vista a urgência pela apreciação e deliberação da seguinte matéria:

Projeto de Lei: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER AO RATEIO DE EVENTUAL EXCEDENTE DE RECURSOS DO FUNDEB AO FINAL DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, NA FORMA DE ABONO EXCEPCIONAL, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO MÍNIMO CONSTITUCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Reitero meus agradecimentos e apreço a esta egrégia edilidade.

Atenciosamente,

Francisco Rogério Osterno Aguiar Neto
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará

MENSAGEM EM REGIME DE URGÊNCIA Nº __, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

Senhora Presidente,

Senhores Vereadores,

Submeto à apreciação desta Augusta Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei, que dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo Municipal proceder ao rateio de eventual saldo financeiro remanescente dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), referente ao exercício de 2025.

A presente proposição legislativa tem por finalidade assegurar o estrito cumprimento da obrigação constitucional estabelecida no inciso XI do artigo 212-A da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. O referido dispositivo determina que uma proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais do FUNDEB seja destinada ao pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

Ao longo do exercício financeiro, a Administração Municipal emprega todos os esforços para aplicar os recursos do Fundo de maneira planejada e contínua, visando à valorização permanente dos nossos profissionais da educação por meio de reajustes e políticas salariais. Contudo, aproximando-se o encerramento do exercício de 2025, a projeção de receitas e despesas indica a possibilidade da existência de um saldo financeiro na conta específica do FUNDEB 70%, cujo montante, se não utilizado, impediria o Município de atingir o percentual mínimo exigido pela Constituição.

Diante desse cenário, a única medida legal e responsável para garantir a conformidade com o mandamento constitucional é a distribuição do eventual excedente aos profissionais da educação, por meio de abono. É imperioso destacar que, conforme entendimento consolidado dos Tribunais de Contas, tal rateio só pode ser efetivado mediante autorização em lei específica, o que fundamenta a apresentação deste projeto.

O abono proposto possui caráter excepcional, provisório e indenizatório, não se configurando como um aumento salarial. Não se incorporará à remuneração dos



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará

servidores para quaisquer fins, nem servirá de base de cálculo para futuras vantagens, encargos trabalhistas, previdenciários ou fundiários. Trata-se, exclusivamente, de um mecanismo de ajuste para o cumprimento de uma obrigação constitucional, restrito ao saldo apurado no final do exercício de 2025.

Além do mais, o Projeto de Lei utiliza o critério de proporcionalidade baseado na remuneração efetivamente percebida ao longo do exercício.

A Lei Federal nº 14.113/2020, que regulamenta o FUNDEB, permite o pagamento de abono aos profissionais do magistério em efetivo exercício, sem exigir rateio igualitário, desde que o Município adote critérios com base em lei e observe os parâmetros de legalidade, impessoalidade e proporcionalidade.

A adoção do critério proporcional reflete o efetivo exercício profissional, garantindo que o abono respeite o tempo trabalhado e a remuneração recebida, evitando distorções e assegurando justiça interna entre os servidores. Tal modelo encontra respaldo nas orientações dos Tribunais de Contas de todo o país, que reconhecem a proporcionalidade como mecanismo legítimo e adequado.

Pela relevância da matéria e pela urgência imposta pelo iminente encerramento do ano fiscal, solicito, com base no artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, que a apreciação deste Projeto de Lei se dê em regime de urgência.

Confiante no alto senso de responsabilidade e no compromisso dos nobres Edis com a gestão fiscal equilibrada e com a educação do nosso Município, submeto a presente matéria à análise e aprovação desta Casa de Leis.

Paço da Prefeitura Municipal de Marco, aos 12 de dezembro de 2025.

Francisco Rogério Osterno Aguiar Neto
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER AO RATEIO DE EVENTUAL EXCEDENTE DE RECURSOS DO FUNDEB AO FINAL DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, NA FORMA DE ABONO EXCEPCIONAL, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO MÍNIMO CONSTITUCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MARCO**, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em consonância com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Marco aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar o rateio das sobras dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, correspondentes ao exercício financeiro de 2025, destinado aos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública municipal de ensino, nos termos da Lei Federal nº 14.113/2020.

§ 1º. O valor a ser rateado corresponderá ao saldo da conta de que trata o inciso XI do art. 212-A da Constituição Federal, após deduzidas todas as despesas com a remuneração dos profissionais da educação básica, incluindo décimo terceiro salário, férias e respectivos encargos sociais.

§ 2º. O rateio de que trata o *caput* é medida excepcional e restrita ao exercício de 2025, destinada exclusivamente ao cumprimento do percentual mínimo de 70% (setenta por cento) de aplicação dos recursos do FUNDEB no pagamento dos profissionais da educação básica.

Art. 2º. O valor individual do rateio será calculado de forma proporcional ao total da remuneração bruta percebida por cada servidor durante o exercício de 2025, considerando exclusivamente os períodos e parcelas de efetivo exercício.

§1º Para fins de proporcionalidade, serão consideradas as parcelas remuneratórias permanentes e inerentes ao cargo.

§2º A proporcionalidade refletirá automaticamente o efetivo exercício, reduzindo o valor daqueles que tiverem faltas injustificadas ou afastamentos não computados como tempo efetivo trabalhado.



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará

Art. 3º. O valor percebido a título de abono possui natureza indenizatória e transitória, não se incorporando à remuneração dos servidores para nenhum efeito e não servindo como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de aposentadoria ou de incidência de encargos previdenciários, trabalhistas ou fundiários.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas do FUNDEB, sendo vedada a utilização de outras fontes de recursos do Tesouro Municipal para este fim.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Marco, aos 12 de dezembro de 2025.

Francisco Rogério Osterno Aguiar Neto
Prefeito Municipal